

equipa dirigente de nível superior da Direcção-Geral da Política de Justiça (DGPJ).

Assim, e considerando a competência técnica, aptidão, experiência profissional e formação adequadas ao exercício do cargo, como se evidencia na símula curricular, publicada em anexo ao presente despacho, nomeio, ao abrigo do disposto nos artigos 18.º e 19.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, conjugados com os artigos 9.º, 26.º e 29.º do Decreto-Lei n.º 206/2006, de 27 de Outubro, e com os artigos 3.º e 8.º do Decreto-Lei n.º 123/2007, de 27 de Abril, o mestre Filipe Miguel Antunes Batista para exercer, em comissão de serviço, o cargo de director da DGPJ.

O presente despacho produz efeitos a partir do dia 1 de Maio de 2007.

4 de Maio de 2007. — O Ministro da Justiça, *Alberto Bernardes Costa*.

Curriculum vitae

Filipe Miguel Antunes Batista nasceu em São Domingos de Benfica, concelho de Lisboa, em 1972.

Licenciou-se em Relações Internacionais pela Universidade Lusitana de Lisboa, em 1996, e concluiu o curso de pós-graduação em Relações Internacionais no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP), em 1997.

Em 2004, concluiu o mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional pelo Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG).

De 1996 a 1998, foi colaborador na revista *ELO — Cooperação e Desenvolvimento*, onde publica vários artigos relacionados com relações internacionais e cooperação.

De 1998 a 2000, desempenhou funções no Banco BPI, S. A.

Em 2000, ingressou nos quadros da Autoridade Nacional de Comunicações (ANACOM), como técnico superior de relações internacionais, na Direcção de Assuntos Europeus.

Em 2003, assume a pasta da cooperação no Departamento de Relações Exteriores da ANACOM, onde é responsável pela coordenação das relações de cooperação, ao nível do sector, entre Portugal e o resto do mundo, com particular incidência nas relações com os países da CPLP e países da Europa Central e Oriental.

Em 2004, passa a coordenar o Núcleo de Organizações não Europeias do Departamento de Relações Exteriores da ANACOM.

Em 2006, é nomeado director-adjunto do Gabinete para as Relações Internacionais Europeias e de Cooperação do Ministério da Justiça, onde tutela as áreas da Cooperação e Divisão Financeira e Recursos Humanos.

Em 2006, é convidado para leccionar no mestrado em Diplomacia Pública e Análise Estratégica na cadeira de Sistemas Políticos e Intelligence.

Ainda ao nível académico, desde 2000 e até 2005, leccionou no curso de Relações Internacionais as cadeiras de Políticas de Cooperação e de Política Internacional.

Gabinete do Secretário de Estado da Justiça

Despacho n.º 12 160/2007

Considerando a publicação dos diplomas que concretizam, no âmbito do Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado (PRACE), o processo de reorganização dos serviços do Ministério da Justiça (MJ), decorrente da nova orgânica, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 206/2006, de 27 de Outubro, é nomeada, nos termos do disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 17.º da Lei n.º 3/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 105/2007, de 3 de Abril, conjugada com o disposto no artigo 19.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, nos artigos 18.º, 26.º e 29.º do Decreto-Lei n.º 206/2006, de 27 de Outubro, e no artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 129/2007, de 27 de Abril, a licenciada Maria Celeste Borges da Conceição Ramos

para exercer, em comissão de serviço, o cargo de vice-presidente do Instituto dos Registos e do Notariado, I. P. (IRN, IP), com efeitos a 1 de Maio de 2007.

A presente nomeação fundamenta-se na competência técnica, aptidão, experiência profissional e formação adequadas ao exercício do cargo, como atesta o respectivo *curriculum vitae*, que é publicado em anexo ao presente despacho.

8 de Maio de 2007. — O Secretário de Estado da Justiça, *João Tiago Valente Almeida da Silveira*.

Curriculum vitae

Nome — Maria Celeste Borges da Conceição Ramos.

Habilitações literárias — licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

Experiência profissional:

Actualmente, exerce o cargo de subdirectora-geral dos Registos e do Notariado, coordenando toda a área de gestão de recursos humanos;

Na Direcção-Geral dos Registos e do Notariado, desde 1987, exerceu os cargos de inspectora superior e adjunta do director-geral, coordenando as áreas de formação e a de recursos humanos;

Na Direcção-Geral dos Serviços Prisionais, como subdirectora-geral, exerceu funções de substituição do director-geral e especial coordenação nas áreas de educação e ensino, recursos humanos e administração geral, estudos e planeamento e formação profissional;

Na mesma Direcção-Geral, exerceu actividade inerente aos cargos de director de serviços e chefe de divisão;

Iniciou a vida profissional com o exercício de funções de assistência social e especializada em matéria criminal no âmbito das competências dos serviços prisionais.

Outras actividades:

Membro do conselho técnico e membro do conselho administrativo da Direcção-Geral dos Registos e do Notariado;

Directora-geral em substituição;

Participação em grupos de trabalho intra e interministeriais.

Formação complementar — curso para altos dirigentes do Ministério da Justiça; a eficácia pessoal do gestor público; gestão de recursos humanos; curso sobre comunicação pessoal nas organizações — liderança e negociação; curso de gestão por objectivos; curso para dirigentes da Administração Pública.

Outra formação complementar:

Participação no 1.º Congresso Nacional da Administração Pública: Os Vectores da Mudança;

Frequência do ciclo de conferências «A União Europeia na encruzilhada», promovido pelo Instituto Europeu da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa;

Participação como representante de Portugal num seminário no âmbito do Conselho da Europa realizado em Viena, «The Foreign Offender».

MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Secretaria-Geral

Aviso n.º 10 991/2007

Em cumprimento do disposto no n.º 5 do artigo 30.º da Lei n.º 60-A/2005, de 30 de Dezembro, publica-se a lista dos auxílios financeiros à administração local concedidos pelo Instituto Nacional de Habitação durante o 4.º trimestre de 2006:

Entidade	Data de celebração	Âmbito	Número de fogos	Comparticipação	Execução prevista até
Acordos de colaboração/PROHABITA, Decreto-Lei n.º 135/2004, de 3 de Junho					
Município de Évora	21-9-2006	Acordos de colaboração	281	(a) (d) 1 000 000	2010
Município de Machico	14-6-2006	Acordos de colaboração	40	(a) (d) 1 317 600	2007
Município de Pombal	2-10-2006	Acordos de colaboração	55	(a) 1 332 405	2007
Município de Gondomar	4-12-2006	Acordos de colaboração	884	(a) 11 273 280	2010
Município de Lousada	11-12-2006	Acordos de colaboração	24	(a) 602 927	2007
Município de Pinhel	2-11-2006	Acordos de colaboração	16	(a) 291 480,99	2007
Município de Alvaiázere	13-12-2006	Acordos de colaboração	32	(a) 798 075	2007

Entidade	Data de celebração	Âmbito	Número de fogos	Comparticipação	Execução prevista até
Contratos de reabilitação a municípios					
Municípios de Lisboa	26-10-2006	REHABITA	9	(b) 21 579,15	2007
Municípios de Lisboa	26-10-2006	REHABITA	9	(b) 32 368,71	2007
Projecto EFTA Old Ghettos, New Centralities, despacho conjunto n.º 13/2005					
Município de Peso da Régua	3-5-2006	EFTA — Alagoas	n. a.	(c) (d) 62 815,09	2007

(a) Este valor corresponde a 40 % do valor máximo de investimento, sendo os restantes financiados através de capitais próprios até 20 % e empréstimo bonificado até 40 %.

(b) Estes contratos correspondem a situações em que o município se substitui ao senhorio no processo de reabilitação de edifícios.

(c) Estes valores correspondem a 15 % do investimento global, sendo os restantes 85 % co-financiados pelo instrumento financeiro EFTA no âmbito do projecto Old Ghettos, New Centralities, celebrado entre o Estado Português e aquele instrumento financeiro.

(d) Acordos e contratos não incluídos na lista de Janeiro a Setembro.

17 de Maio de 2007. — A Secretária-Geral, *Maria Helena Fernandes*.

Despacho n.º 12 161/2007

Considerando a publicação do Decreto Regulamentar n.º 52/2007, de 27 de Abril, que definiu a missão, atribuições e tipo de organização interna da Secretaria-Geral do MAOTDR;

Considerando a publicação da Portaria n.º 525/2007, de 30 de Abril, que definiu a estrutura nuclear da Secretaria-Geral e as respectivas competências;

Considerando que a licenciada Maria da Conceição Rosado da Fonseca possui a experiência profissional e reconhecidas aptidões técnicas para exercer o cargo de directora de serviços de Documentação, Comunicação e Relações Públicas da Secretaria-Geral do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, como atesta, aliás, a nota curricular que se publica em anexo ao presente despacho e que dele faz parte integrante;

Assim, ao abrigo e nos termos do disposto nos artigos 20.º e 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, é nomeada a licenciada Maria da Conceição Rosado da Fonseca, para exercer, em regime de substituição, o cargo de directora de serviços de Documentação, Comunicação e Relações Públicas da Secretaria-Geral do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional.

1 de Maio de 2007. — A Secretária-Geral, *Maria Helena Fernandes*.

Nota curricular

Dados pessoais:

Nome — Maria da Conceição Rosado da Fonseca;
Data de nascimento — 30 de Setembro de 1962;
Naturalidade — Santa Justa, Lisboa.

Habilitações académicas e profissionais:

1995 — licenciatura em Línguas e Literaturas Modernas, pela Faculdade de Letras de Lisboa;

1996 — parte curricular da pós-graduação em Gestão de Recursos Humanos (DBA), pelo Instituto Superior de Tecnologia Empresarial;

Frequentou diversas acções de formação profissional no âmbito da documentação e informação; relações públicas e protocolo; gestão pública; gestão de recursos humanos, organização e qualidade; igualdade de género; informática e ambiente.

Categoria de origem:

Fevereiro de 2006 — assessora da carreira técnica superior do quadro de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional.

Resumo profissional:

Agosto de 1981 — início da actividade profissional no Serviço de Estudos do Ambiente, na área de pesquisa de informação jurídica sobre ambiente;

Abril de 1984-Fevereiro de 1988 — técnica profissional do Serviço Nacional de Parques, Reservas e Conservação da Natureza exercendo funções no Centro de Documentação Técnica, no Núcleo de Informática e, posteriormente, na Divisão de Apoio Técnico;

Março de 1988-Dezembro de 1994 — técnica profissional do Instituto Nacional do Ambiente afecta à Divisão de Técnicas Educativas;

responsável pela Secção de Pessoal e Expediente entre Janeiro de 1989 e Novembro de 1993;

Agosto de 1995 — técnica superior do quadro do Instituto de Promoção Ambiental integrando a Divisão de Apoio Técnico;

Dezembro de 1996-Março de 2001 — técnica superior da Divisão de Recursos Humanos da Secretaria-Geral do Ministério do Ambiente;

Março de 2001-Setembro de 2002 — chefe da Divisão de Organização e Recursos Humanos da Secretaria-Geral do Ministério do Planeamento;

Setembro de 2002-Março de 2006 — técnica superior da Divisão de Recursos Humanos da Secretaria-Geral do Ministério das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente;

Desde Março de 2006 — chefe da Divisão de Relações Públicas, Documentação e Informação da Secretaria-Geral do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, em regime de substituição.

Actuais representações:

Desde 2006 — representante da Secretaria-Geral no grupo de trabalho para a «Gestão de documentos de arquivo no contexto de uma reestruturação da administração pública central do Estado», criado junto do Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo;

Desde 2006 — integra o grupo de trabalho do Ministério para desenvolvimento e implementação de uma macroestrutura temática para o MAOTDR, visando a interoperabilidade (semântica e técnica) dos sistemas de gestão documental existentes;

Desde 2006 — conselheira para a igualdade efectiva do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional;

Desde 2006 — membro efectivo do júri da 6.ª edição do Prémio Igualdade é Qualidade, em representação do Ministério.

Despacho n.º 12 162/2007

Considerando a publicação do Decreto Regulamentar n.º 52/2007, de 27 de Abril, que definiu a missão, atribuições e tipo de organização interna da Secretaria-Geral do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, adiante designada por Secretaria-Geral;

Considerando a publicação da Portaria n.º 525/2007, de 30 de Abril, que definiu a estrutura nuclear da Secretaria-Geral e as respectivas competências;

Considerando a publicação da Portaria n.º 586/2007, de 10 de Maio, que fixou as respectivas unidades flexíveis;

Considerando que a licenciada Maria Manuela Ferreira de Oliveira possui a experiência profissional e reconhecidas aptidões técnicas para exercer o cargo de chefe de divisão de Gestão Financeira da Secretaria-Geral, como atesta, aliás, a nota curricular que se publica em anexo ao presente despacho e que dele faz parte integrante;

Assim, ao abrigo e nos termos do disposto nos artigos 20.º e 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, é nomeada a licenciada Maria Manuela Ferreira de Oliveira para exercer, em regime de substituição, o cargo de chefe de divisão de Gestão Financeira da Secretaria-Geral do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional.

1 de Maio de 2007. — A Secretária-Geral, *Maria Helena Fernandes*.